

PRESIDENTE BUSCA ALTERNATIVAS PARA MANTER EMPREGOS NAS AUTOPEÇAS



Wagnão esteve em visita à Dana, em Diadema, e conheceu algumas medidas que a empresa está adotando para tentar sair da crise.

PÁGINA 3

Argentina muda acordo automotivo com o Brasil para barrar importações

PÁGINA 2

Constituição X Reforma Trabalhista
Parte III

PÁGINA 2



OVADA
EM VISITA A SALVADOR PARA RECEBER O TÍTULO DE CIDADÃO SOTEROPOLITANO, O PREFEITO DE SÃO PAULO, JOÃO DORIA, DO PSDB, FOI RECEBIDO COM UMA 'CHUVA DE OVOS', NA NOITE DE SEGUNDA-FEIRA, 7.



Começam as negociações da FEM-CUT com G10 e Estamparia

PÁGINA 4

CONTRA AS REFORMAS POR NENHUM DIREITO A MENOS

Notas e recados

FOTOS: DIVULGAÇÃO



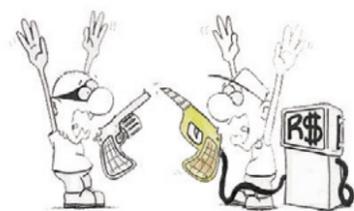
GASOLINA MAIS CARA – 1

Enquanto o governo de Temer mantém o aumento dos impostos (PIS e Cofins) sobre os combustíveis, cerca de 2 milhões de empresas devem esses tributos.



GASOLINA MAIS CARA – 2

A dívida dos patrões, referentes a estes tributos, é de R\$ 545,4 bilhões e consta em documento da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a PGFN.



GASOLINA MAIS CARA – 3

Entre as empresas que mais devem estão a Varig, com R\$ 3,51 bilhões; a Eletropaulo, com R\$ 2,24 bilhões, e a Vasp, com R\$ 2,05 bilhões.



GASOLINA E PREVIDÊNCIA – 1

O PIS (Programa de Integração Social) e a Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social), são as receitas da Seguridade Social.



GASOLINA E PREVIDÊNCIA – 2

A Seguridade Social abrange a aposentadoria, a saúde e a assistência social e também ajudam a financiar o SUS; o seguro-desemprego e o abono salarial.

Doe sangue

Para Tereza Andriotto Lucas, mãe do amigo do cipeiro na área de eixos da Mercedes, Denis Antônio da Silva. Centro Hospitalar Municipal. Av. João Ramalho, 326, Centro, Santo André. De segunda a sábado, das 8h às 13h. Tel. 4433-3718.



O governo da Argentina publicou um decreto na semana passada com o objetivo de diminuir a importação de carros produzidos no Brasil. A medida busca cobrar garantias das montadoras de que as multas sobre o excesso de veículos sejam pagas antecipadamente ao que estava acordado entre os dois países.

“Em um momento de mercado interno brasileiro em baixa, as exportações têm sido uma alternativa para a produção brasileira”, afirmou o secretário de Relações Internacionais da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, a CNM-CUT, Maicon Michel Vasconcelos da Silva.

“É um componente a mais que pode impactar negativamente no nível de emprego dos trabalhadores do setor, pois o acordo é de longo prazo exatamente para poder absorver as mudanças de

mercado dos países e fazer os ajustes necessários”, explicou.

Brasil e Argentina renovaram o acordo automotivo em junho do ano passado, com validade até 2020. O País pode vender com isenção de impostos, no máximo, US\$ 1,5 para cada US\$ 1 importado do país vizinho.

O dirigente ressaltou que a União de Nações Sul-Americanas, a Unasul, e o Mercado Comum do Sul, o Mercosul, deveriam servir como espaço de diálogo para o desenvolvimento econômico conjunto da América Latina.

“Se o papel das entidades efetivamente fosse cumprido, com distribuição de renda entre o povo e melhoria de vida da classe trabalhadora, medidas unilaterais como essa não aconteceriam”, disse.

“Agora na Argentina e no Brasil existem governos que tem como objetivo precarizar as relações de

trabalho e tirar direitos históricos conquistados pelo povo em favor dos mais ricos”, prosseguiu.

A Argentina é o principal destino das vendas de veículos produzidos no Brasil para o exterior. Neste ano, corresponde a cerca de 70% do total exportado. A tarifa para as empresas que exportarem acima do limite do acordo é de 24,5% sobre cada veículo a mais.

“A tarifa só deveria ser paga depois do acordo, em junho de 2020, e a medida argentina exige que o pagamento seja antecipado em uma espécie de caução, que será devolvido se as importações se ajustarem até o fim do acordo”, disse.

No primeiro semestre do ano, as exportações de veículos do Brasil para a Argentina registraram 271,2 mil unidades, 41,2% maior em relação ao mesmo período do ano passado.

Confira seus direitos

CONSTITUIÇÃO X REFORMA TRABALHISTA
PARTE III

Comente este artigo.

Envie um e-mail para juridico@smabc.org.br

Departamento Jurídico

Prosseguimos com as inconstitucionalidades da reforma Trabalhista. Hoje, falaremos sobre o descumprimento do Art. 5º, que trata do direito à igualdade e Art. 7º, XXVI, sobre o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, da Constituição.

O novo Art. 444, parágrafo único, da CLT, prevê um tratamento diferenciado e menos benéfico para o trabalhador com diploma de nível superior, cujo salário mensal seja igual ou superior a R\$ 11.063.

Fixa, neste caso, a livre estipulação, em acordo individual, às hipóteses previstas no art. 611-A desta Consolidação,

com a mesma eficácia legal e preponderância sobre os instrumentos coletivos.

Na prática, significa que este trabalhador poderá ser alvo de “acordo” individual sobre matérias como jornada, banco de horas, intervalos, adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), plano de cargos e salários, teletrabalho, regime de sobreaviso, trabalho intermitente, remuneração por produtividade e por desempenho individual, registro de jornada, troca do dia de feriado, enquadramento do grau de insalubridade, prêmios de incentivo em bens ou serviços e participação

nos lucros ou resultados da empresa.

Referido “acordo” individual, segundo a reforma, se sobrepõe à lei e aos acordos coletivos.

A discriminação é evidente, com ofensa ao direito à igualdade. A rigor este trabalhador não tem real liberdade de negociação individual, até porque continua ele subordinado às ordens do empregador, detentor do poder de contratar, demitir e pagar salários.

Por outro lado, há violação, também, ao art. 7º, XXVI, porque afasta o reconhecimento das convenções e dos acordos coletivos regularmente firmados.



“SETOR É EXTREMAMENTE IMPORTANTE NA GERAÇÃO DE EMPREGO”, AVALIA WAGNÃO EM VISITA À DANA

ADONIS GUERRA

O presidente do Sindicato, Wagner Santana, o Wagnão, esteve na última segunda-feira em visita à empresa Dana, em Diadema.

Segundo ele, a ideia é conhecer mais profundamente as fábricas que passam por momentos de crise, diante do cenário econômico do País.

“A maioria das empresas na nossa base sofrem por conta dessa crise duradoura, que tem afetado fortemente o emprego e a produção”, avaliou.

Para o presidente, o papel do Sindicato é conhecer a realidade de cada empresa e dos trabalhadores para buscar alternativas, não só para uma ou outra empresa individualmente, mas para a elaboração de políticas que possam trazer de volta o investimento para região.

“Assim como fizemos na semana passada, no Consórcio Intermunicipal Grande ABC, com a assinatura do protocolo, que entre outras questões, trata da devolução do ICMS para estimular o setor de ferramentaria”, lembrou.

“Não é uma política para uma empresa e sim para um determinado setor e o de autopeças tem que ser olhado com todo cuidado”, defendeu.

Wagnão comparou as capacidades que as empresas têm para ultrapassar esses períodos, de acordo com o segmento, porte e modelo administrativo.

“Uma montadora tem mais capacidade de resistir a períodos longos de crise. O que não acontece com as autopeças, que são as primeiras a sofrerem as consequências. Por outro lado, elas têm a capacidade de sair de uma crise, de reagir muito rápido, em momentos de retomada”, disse.

A visita do presidente à Dana ajuda a ter uma avaliação mais apurada do setor, que emprega um terço da categoria.

“Precisamos estar atentos a dois aspectos: primeiro, as consequências econômicas, a saúde financeira dessas empresas e a capacidade de empregabilidade dessas fábricas e segundo: que políticas podemos defender nas esferas de governo para que possam

retomar esse setor que é extremamente importante na geração de emprego”, completou.

A Dana continua com trabalhadores no Programa de Proteção ao Emprego, o PPE (chamado agora de PSE) e tem adotado algumas medidas de investimentos para compensar a queda na utilização de sua capacidade.

A empresa faz parte de um grupo internacional que contribui para suportar os efeitos da crise, o que não ocorre com empresas familiares, que não tem sustentação em grupos financeiros.

“O objetivo do Sindicato é conhecer cada uma delas e suas características, para que seus trabalhadores continuem empregados e que o sacrifício que estão fazendo hoje pela manutenção do emprego, tenha válido a pena”, afirmou.

“A nossa preocupação é até quando essa crise permanecerá. Já que as políticas governamentais, para o setor, não apontam um horizonte tranquilo”, concluiu o presidente dos Metalúrgicos do ABC.

ESTADO DE ALERTA NA HYDRO Z

Durante assembleia realizada ontem pela manhã, os trabalhadores na Hydro Z, em São Bernardo, aprovaram o estado de alerta contra as dificuldades que empresa está criando para negociar com o Sindicato.

“Entregamos a pauta em abril e desde então estamos tentando negociar”, contou o coordenador de área, José Caitano Lima.

Segundo o dirigente, a empresa alega que está aguardando um parecer jurídico.

“Não há motivos reais para evitar as negociações, o que o departamento jurídico tem com isso?”, questionou Caitano.

Na assembleia, foi definido



EDU. GUILMARÊS

prazo até sexta-feira, 11, para que as negociações sejam iniciadas.

“O Sindicato está sempre aberto ao diálogo, mas se até sexta não recebermos nenhum

contato da empresa, entregaremos o aviso de greve na segunda”, completou.

Em torno de 120 metalúrgicos trabalham na Hidro Z, que pertence à Fundação.

PRESSÃO NA APEMA GARANTE RETOMADA DAS NEGOCIAÇÕES

O Sindicato retomou as negociações com a Apema ontem pela manhã, após entre-

garem aviso de greve na última sexta, 4.

“Os dois assuntos tratados, nesta primeira reunião, foram vale-refeição e cesta básica”, informou Caitano.

“Amanhã, os pontos da pauta que serão debatidos com a Apema são a Participação nos Lucros e Resultados, a PLR, e banco de horas”, continuou o dirigente.

Para ele, a mobilização dos companheiros foi o que garantiu a volta para a mesa de negociação.

“A disposição de luta dos trabalhadores foi decisiva para que a empresa revisse a sua posição”, concluiu.

Tribuna Esportiva



FOTOS: DIVULGAÇÃO

O **Palmeiras** confirmou duas alterações nos inscritos na **Libertadores**. O meio-campista **Moisés** e o atacante **Deyverson** (foto) entram nos lugares de **Léo Passos** e **Vitinho**.



O meia **Lucas Lima** recusou oferta do **Fenerbahce**, da Turquia, de cerca de R\$ 73 milhões. O camisa 10 sonha com título no **Santos** ainda neste ano.



Dorival quer melhorar a efetividade do **São Paulo** no 2º turno do **Brasileirão**. “Às vezes, temos mais posse, até melhores oportunidades, mas futebol é resultado”, afirmou.



O meia **Danilo** faz treino extra após lesão na perna. Duelo contra a **Chapecoense** dia 23 é visto como possibilidade de retorno após mais de um ano sem jogar.

LIBERTADORES

HOJE – 21H45

Palmeiras x Barcelona SC
Allianz Parque

FEM-CUT INICIA DEBATE DE CAMPANHA SALARIAL COM GRUPO 10 E ESTAMPARIA

A Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT, a FEM-CUT, iniciou ontem as negociações de Campanha Salarial com os representantes patronais do Grupo 10 e da Estamparia, na sede da Fiesp, em São Paulo.

Pela manhã, a FEM-CUT propôs ao G10 um plano de trabalho que prevê, inicialmente, o debate das cláusulas pré-existentes, que demandam ajustes de redação e que não têm impacto econômico. Em seguida, as cláusulas novas e, por fim, as cláusulas de resistência, que tem como objetivo barrar os efeitos do desmonte das leis trabalhistas e também a terceirização irrestrita.

“**Devemos debater** incansavelmente a reforma Trabalhista e qual será a reação dos trabalhadores no chão de fábrica em 12 de novembro, data que passa a vigorar o que foi aprovado no Congresso Nacional que desmonta as leis de trabalho no Brasil”, afirmou o secretário-geral da FEM-CUT, Adilson Faustino, o Carpinha.

Após rachar com o G8, o Sindrtar, das indústrias de refrigeração, aquecimento e tratamento de ar, passa agora a integrar o G10. O jurídico da Fiesp analisa as cláusulas contidas nas duas convenções para identificar quais serão



Acima, o coordenador da Regional Diadema, Claudionor Vieira do Nascimento, na reunião com o Grupo 10. Ao lado, o secretário-geral da FEM-CUT, Carpinha.

os pontos que precisarão de adaptações.

A secretária da Mulher da FEM-CUT, Andrea Sousa, a Nega, destacou que as reformas são demandas dos patrões atendidas pelo governo. “O que precisa ficar entendido é que a classe trabalhadora não conquistou nada sem luta até aqui e não aceitaremos a retirada de nenhum direito. Nós resistiremos”, disse.

O coordenador da Regional

Diadema do Sindicato, Claudionor Vieira do Nascimento, ressaltou que a bancada patronal não pode descartar os avanços até o momento.

“Avançamos na relação capital e trabalho e aprendemos a negociar. Queremos que os patrões assumam o compromisso de manter este espaço e de debater incessantemente e com seriedade os casos que ameacem essa relação”, explicou.



A secretária da Mulher da FEM-CUT, Andrea Sousa, a Nega, em reunião com a bancada patronal da Estamparia

ESTAMPARIA

À tarde, teve início a discussão com os representantes patronais da Estamparia. A Federação também estabeleceu um plano de trabalho para debater as reivindicações dos trabalhadores.

A cláusula do trabalhador acidentado ou portador de deficiência profissional foi atacada pelos patrões, que defendem a possibilidade de serem incluídos na cota de trabalhadores com deficiência.

Nas duas reuniões de ontem, a FEM-CUT propôs uma cláusula de salvaguarda que garanta o debate específico sobre a aplicação e os impactos da reforma Trabalhista.

Hoje estão marcadas rodadas de negociação com o G3 e o Sindicel. Amanhã está prevista reunião com a Fundação.

As negociações com as bancadas patronais tiveram início na semana passada com o G3, Sinafer, Sianfesp, Simefre e Sictel.

A Campanha Salarial 2017 tem como tema “Resistência, Unidade e Luta”. A data-base é 1º de setembro e estão em Campanha 198 mil trabalhadores na base da FEM-CUT no Estado de São Paulo.